

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

v. 23 n. 133

julho/agosto 2026

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenador-Geral

Flávio Tartuce

Coordenadores

Anderson Schreiber – Daniel Amorim Assumpção Neves
Débora Brandão – Fernanda Tartuce – Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Ana Beatriz Presgrave – Ana Luiza Maia Nevares – Angelica Carlini
Arlete Aurelli – Bruno Casagrande – Carlos Nelson Konder – Cecília Asperti
Cesar Calo Peghini – Cláudia Lima Marques – Daniel Mitidiero
Ênio Santarelli Zuliani – Eroulths Cortiano Junior – Fredie Didier Junior
Giselda M. F. Novaes Hironaka – Gustavo Tepedino – Heloísa Helena Barboza
Humberto Theodoro Jr. – José Fernando Simão – José Rogério Cruz e Tucci
Luciano Martinez – Luiz Guilherme Marinoni – Marco Aurélio Bezerra de Melo
Maria Helena Diniz – Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar
Pablo Malheiros Cunha Frota – Pablo Stolze Gagliano
Rodrigo Reis Mazzei – Rolf Madaleno – Sílvio de Salvo Venosa
Susana Henriques da Costa – Trícia Navarro

Colaboradores deste Volume

Alexandre de Souza Agra Belmonte – André Araújo Molina – Angélica Lucía Carlini
Carlos Frederico Bastos Pereira – Cesar Calo Peghini – Erik Frederico Gramstrup
Leonardo Estevam de Assis Zanini – Luciano Martinez – Ney Maranhão
Odete Novais Carneiro Queiroz – Paula da Silva Pereira Zaccaron
Pedro Lino de Carvalho Júnior – Valter Augusto Di Profio Felix
Vinicius Silva Lemos

© Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

n. 1 (jul./ago. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004
Bimestral.

n. 133 (jul./ago. 2026)

Coordenador-Geral: Flávio Tartuce. Coordenadores: Anderson Schreiber, Daniel Amorim Assumpção Neves, Débora Brandão, Fernanda Tartuce e Rodolfo Pamplona Filho.

ISSN 1807-0930

1. Direito Civil – Periódico. 2. Processo Civil – Periódico.

CDU 347(05)

CDU 347.9(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Capa: Editora Magister

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* chega ao número 133, com temas de grande relevo para a comunidade jurídica nacional.

A edição abre com o texto de Angélica Luciá Carlini, membro do Conselho Editorial da revista, assim intitulado *Cooperativismo em seguros privados no Brasil: novas perspectivas para a distribuição de seguros e para a solução extrajudicial de conflitos*. A autora reflete sobre as possibilidades positivas que as cooperativas poderão representar no ambiente de seguros privados no Brasil, tanto para o aumento da distribuição de modalidades de seguros como para a solução extrajudicial de conflitos.

O segundo artigo da revista trata do *Meio ambiente de trabalho desportivo e responsabilidade civil objetiva: a aplicação da teoria do risco implicado às lesões de atletas de futebol*, e foi escrito por Alexandre de Souza Agra Belmonte em coautoria com Ney Maranhão. Os autores objetivam analisar a responsabilidade civil das agremiações desportivas em razão das lesões ocupacionais sofridas por atletas profissionais de futebol. O estudo evidencia que as contusões e rupturas biomecânicas inerentes ao desporto de alto rendimento não decorrem, em regra, de conduta culposa do empregador, mas da própria dinâmica lícita, habitual e hipercompetitiva exigida pela modalidade.

André Araújo Molina, Luciano Martinez, Ney Maranhão e Pedro Lino de Carvalho Júnior se fazem presente na edição com a pesquisa intitulada *O nexo causal como (re)construção: entre fato e imputação na responsabilidade civil aplicada às relações de trabalho*. O artigo examina o conceito de causalidade no âmbito da responsabilidade civil, com especial enfoque nas relações de trabalho, e defende que o nexo causal não pode ser adequadamente compreendido nem como simples conexão empírica entre eventos, nem tampouco como construção exclusivamente normativa, pois a causalidade jurídica apresenta-se como uma estrutura híbrida, resultante da articulação entre relações fáticas de dependência e critérios de imputação jurídica.

Seguimos com o texto *Formas de extinção da incorporação imobiliária: questões atuais*. Os autores Erik Frederico Gramstrup e Valter Augusto Di Profio Felix sistematizam as diversas formas de extinção da incorporação, destacando a legislação aplicável, bem como julgados e entendimentos doutrinários a respeito do tema. Entendem os autores que o ideal é a extinção por execução voluntária, com o cumprimento das obrigações pelas partes. Em caso de des-

cumprimento, a lei e a jurisprudência balizam a extinção, por inadimplemento seja do incorporador ou do adquirente.

Na sequência, Paula da Silva Pereira Zaccaron e Cesar Calo Peghini participam da edição com o estudo intitulado *A audiência de conciliação e mediação do art. 334 do CPC e os limites da atuação judicial à luz da confidencialidade e da imparcialidade*. A escolha do tema é justificada pelos autores em razão da consolidação no ordenamento jurídico nacional de um modelo de justiça orientado pela consensualidade e pela necessidade de examinar criticamente os limites institucionais e funcionais da atuação judicial nesse contexto.

Seguimos a *Doutrina* com a pesquisa *Recorribilidade das decisões que deferem ou indeferem prova: um problema e três possíveis soluções*, de autoria de Carlos Frederico Bastos Pereira. No estudo, o autor conclui que a recorribilidade imediata das decisões que deferem ou indeferem a prova é necessária para assegurar a efetividade do direito fundamental à prova.

Na sequência, temos o texto de Vinicius Silva Lemos, intitulado *O prequestionamento ficto, o art. 1.025 do CPC e a insistente manutenção da Súmula nº 211 do STJ: uma análise da jurisprudência do STJ*. Nele, o autor analisa o histórico do instituto do prequestionamento como requisito de admissibilidade dos recursos para os Tribunais Superiores, a sua relação com as súmulas destes Tribunais e a definição por cada um destes de seus limites.

Chegamos ao fim deste volume com o artigo *A retirada da obra de circulação e sua disciplina no direito autoral*, escrito por Leonardo Estevam de Assis Zanini e Odete Novais Carneiro Queiroz. Os autores examinam o direito de retirada de circulação da obra no âmbito do direito autoral, apresentam a evolução histórica do instituto, desde sua origem na doutrina francesa até sua recepção no Brasil. Em seguida, discutem a terminologia empregada e suas distinções dogmáticas, ainda analisando o conceito e os limites do direito de retirada previstos na Lei nº 9.610/1998.

Diante da abrangência, da atualidade e da profundidade dos textos desses grandes doutrinadores e juristas, espera-se, mais uma vez, que a *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* continue fomentando o debate como uma das mais importantes publicações científicas de nosso País.

Boa leitura! Bons estudos! Boas reflexões!

É o que eu sempre desejo.

Flávio Tartuce

Coordenador-Geral da Revista

Sumário

Doutrina

1. Cooperativismo em Seguros Privados no Brasil: Novas Perspectivas para a Distribuição de Seguros e para a Solução Extrajudicial de Conflitos <i>Angélica Lucía Carlini</i>	7
2. Meio Ambiente de Trabalho Desportivo e Responsabilidade Civil Objetiva: a Aplicação da Teoria do Risco Implicado às Lesões de Atletas de Futebol <i>Alexandre de Souza Agra Belmonte e Ney Maranhão</i>	22
3. O Nexo Causal como (Re)Construção: Entre Fato e Imputação na Responsabilidade Civil Aplicada às Relações de Trabalho <i>André Araújo Molina, Luciano Martinez, Ney Maranhão e Pedro Lino de Carvalho Júnior</i>	31
4. Formas de Extinção da Incorporação Imobiliária: Questões Atuais <i>Erik Frederico Gramstrup e Válder Augusto Di Profio Felix</i>	59
5. A Audiência de Conciliação e Mediação do Art. 334 do CPC e os Limites da Atuação Judicial à Luz da Confidencialidade e da Imparcialidade <i>Paula da Silva Pereira Zaccaron e Cesar Calo Peghini</i>	81
6. Recorribilidade das Decisões que Deferem ou Indeferem Prova: um Problema e Três Possíveis Soluções <i>Carlos Frederico Bastos Pereira</i>	106
7. O Prequestionamento Ficto, o Art. 1.025 do CPC e a Insistente Manutenção da Súmula nº 211 do STJ: uma Análise da Jurisprudência do STJ <i>Vinicius Silva Lemos</i>	128
8. A Retirada da Obra de Circulação e sua Disciplina no Direito Autoral <i>Leonardo Estevam de Assis Zanini e Odete Novais Carneiro Queiroz</i>	165
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189